

A ORDEM DO CAPITAL

CLARA E. MATTEI

A ORDEM DO CAPITAL

Como os economistas
inventaram a austeridade
e abriram o caminho
ao fascismo

Tradução de
Ana Pinto Mendes

TEMAS E DEBATES

Sumário

Introdução	9
Parte I GUERRA E CRISE	35
CAPÍTULO 1 A Grande Guerra e a economia	43
CAPÍTULO 2 «Toda uma nova escola de pensamento»	75
CAPÍTULO 3 A luta pela democracia económica	101
CAPÍTULO 4 A nova ordem	133
Parte II O SIGNIFICADO DE AUSTERIDADE	165
CAPÍTULO 5 Tecncratas internacionais e o fabrico da austeridade	173
CAPÍTULO 6 Austeridade, uma história britânica	207
CAPÍTULO 7 Austeridade, uma história italiana	259
CAPÍTULO 8 Austeridade e fascismo italianos aos olhos britânicos	307
CAPÍTULO 9 A austeridade e os seus «êxitos»	337
CAPÍTULO 10 Austeridade para todo o sempre	357
Nota final	379
Agradecimentos	387
Notas	393
Bibliografia	451
Índice remissivo	471

Introdução

Em março de 2020, nos primeiros dias da pandemia de covid-19, o governador democrata do estado de Nova Iorque, Andrew Cuomo, anunciou planos, no âmbito do seu orçamento estadual, para aplicar um corte de 400 milhões de dólares no financiamento do Medicaid aos seus hospitais. Foi um anúncio chocante: no limiar da pandemia, um dos políticos mais destacados do país informava o público de que tinha em mente pagar menos aos hospitais para tratarem dos mais pobres e mais vulneráveis de Nova Iorque. «Não podemos gastar o que não temos», explicou Cuomo com um encolher de ombros numa conferência de imprensa. E era previsível que estes cortes fossem aprofundados nos anos seguintes, com outros semelhantes nas escolas públicas do estado.¹

Em outubro de 2019, na sequência de um aumento anunciado das tarifas do metropolitano para os cidadãos de Santiago, no Chile, estes inundaram as ruas em protesto — não apenas preocupados com o trânsito, mas em resposta à acumulação dos malefícios causados por cinquenta anos de privatizações, repressão salarial, cortes nos serviços públicos e marginalização do trabalho organizado, que basicamente esvaziaram a vida e a sociedade para milhões de chilenos. Com centenas de milhares de pessoas a manifestar-se nas ruas, o governo do Chile reagiu com uma lei marcial ao estilo ditatorial, incluindo uma série de exibições profundamente perturbadoras de força policial que se estenderam ao longo de semanas.²

No dia 5 de julho de 2015, 61 por cento dos eleitores da Grécia aprovaram um referendo que se opunha a um plano de resgate

proposto pelo Fundo Monetário Internacional e pela União Europeia com vista a resolver a crise da dívida soberana grega. Oito dias depois, e apesar do referendo público, o governo grego assinou na mesma um acordo, aceitando um empréstimo de resgate a três anos que limitava o modo como o país podia gastar o dinheiro com o seu povo: a Grécia foi obrigada a impor mais cortes nas pensões, aumentar os impostos sobre o consumo, privatizar serviços e indústrias e implementar um corte nos salários dos funcionários públicos do país. Passados dois anos, o governo grego privatizou os dez principais portos nacionais e colocou muitas das suas ilhas à venda.³

Na vida dos séculos xx e xxi, diante de uma situação de escassez financeira e quando se veem obrigados a fazer cortes, é comum os governos voltarem antes de mais o olhar para os serviços que prestam aos cidadãos. São incontáveis os exemplos e abarcam todos os países do mundo. Quando isto acontece, os efeitos sobre as sociedades são altamente previsíveis e uniformemente devastadores. Chamemos-lhe o *efeito austeridade*: o inevitável sofrimento público que ocorre quando as nações e os Estados cortam nos benefícios públicos em nome da solvência da economia e do sector privado. Muito embora não se possa identificar políticas de austeridade individuais, estas estão subjacentes às estratégias mais comuns da política contemporânea: cortes orçamentais (especialmente nas despesas sociais, como educação pública, cuidados de saúde, habitação e subsídios de desemprego), tributação regressiva, deflação, privatização, repressão salarial e desregulamentação do mercado laboral. Todas juntas, estas políticas reforçam a riqueza já existente e a primazia do sector privado, ambas geralmente exibidas como bandeiras económicas essenciais que conduzirão as nações rumo a melhores dias.

Os norte-americanos viram repetidamente os seus governos, de todos os níveis, a aplicar estas políticas. Ataques aos sindicatos dizimaram os direitos de negociação coletiva dos trabalhadores; os salários mínimos estagnam em níveis de pobreza; as leis permitem que as entidades patronais apliquem «leis de não concorrência» que

impedem certos trabalhadores de mudar de emprego em busca de uma melhor remuneração;⁴ a proteção social transformou-se em «proteção do trabalho», estando o apoio governamental condicionado ao trabalho a baixos salários. De forma muito reveladora, as políticas de tributação regressiva do país impõem uma partilha desigual da despesa pública: uma fatia maior das receitas fiscais retirada dos impostos sobre o consumo, os quais são partilhados por toda a sociedade, combinada com reduções fiscais exorbitantes para os contribuintes com maiores rendimentos — 91 por cento durante a presidência de Eisenhower (1953–1961), 37 por cento em 2021 —, bem como uma redução dos impostos sobre os ganhos de capital e sobre o rendimento coletivo. (A administração Trump baixou este último em 2017 de 35 para 21 por cento, um notável desvio em relação à taxa de 50 por cento na década de 1970.) Enquanto os salários nos EUA estão estagnados há décadas, agora, pela primeira vez na história, as quatrocentas famílias mais ricas do país pagam uma taxa de imposto global mais baixa do que qualquer outra faixa de rendimento.⁵

A austeridade não é uma novidade, nem é produto da chamada Era Neoliberal que começou em finais da década de 1970. Com exceção, talvez, das menos de três décadas de prosperidade a seguir à Segunda Guerra Mundial, a austeridade tem sido uma presença constante no capitalismo moderno. Em toda a história, constata-se que, onde existe capitalismo, seguem-se as crises. Onde a austeridade demonstrou a sua incrível eficácia foi para isolar as hierarquias capitalistas para não serem prejudicadas durante estes momentos de potencial transformação social. A austeridade é a protetora do capitalismo, é popular entre os Estados⁶ pela sua eficácia e descrita como uma forma de «consertar» as economias mediante um aumento da sua «eficiência» — reajustes a curto prazo para ganhos a longo prazo.

No seu célebre livro *Austeridade: A História de Uma Ideia Perigosa*, o cientista político Mark Blyth mostra que, apesar de não ter «funcionado» no sentido de alcançar os seus objetivos declarados ao longo da história (por ex., reduzir a dívida ou impulsionar o crescimento

económico), a austeridade tem vindo, ainda assim, a ser usada pelos governos, uma e outra vez. Blyth diz que este padrão de repetição compulsiva é uma forma de loucura.⁷ Todavia, se encararmos a austeridade da perspetiva deste livro — como resposta não apenas a crises económicas (i.e., contração da produção e aumento da inflação), mas também a crises do capitalismo —, poderemos começar a discernir um método no meio da loucura: a austeridade é um baluarte vital de defesa do sistema capitalista.

Quando me refiro a uma crise do capitalismo, não me refiro a uma crise económica — por exemplo, um abrandamento do crescimento ou um aumento da inflação. O capitalismo está em crise quando a sua relação nuclear (a venda de produção para obtenção de lucro)⁸ e os seus dois pilares de base (propriedade privada dos meios de produção e relações salariais entre proprietários e trabalhadores) são contestados pelo público, em particular pelos trabalhadores que garantem o seu funcionamento. No âmbito destas expressões de insatisfação, ao longo da história as pessoas têm vindo a reivindicar formas alternativas de organização social. Com efeito, e este livro irá demonstrar isso mesmo, a principal utilidade da austeridade ao longo do último século foi a de silenciar estes apelos e travar alternativas ao capitalismo. A maior parte da austeridade serve para esmagar o clamor público e as greves dos trabalhadores — e não, como se publicita amiúde, para melhorar espontaneamente os indicadores económicos do país, mediante a aplicação de uma maior disciplina económica.

A austeridade, tal como a conhecemos atualmente, emergiu depois da Primeira Guerra Mundial como método de prevenir o colapso do capitalismo: economistas em cargos políticos usaram alavancas políticas para que todas as classes da sociedade se empenhassem mais na produção capitalista privada, apesar de estas mudanças terem implicado profundos (ainda que também involuntários) sacrifícios pessoais. No início da década de 1920, a austeridade funcionou como uma poderosa contraofensiva diante de greves e outras formas de agitação social que explodiram e alcançaram

uma escala sem precedentes depois da guerra — um período que, tradicional e estranhamente, foi negligenciado pelos estudiosos da política e da economia que estudam a austeridade. O sentido de oportunidade da invenção da austeridade reflete as motivações que a animam. Mais importante do que a alegada eficácia económica da austeridade era a sua capacidade de proteger as relações capitalistas de produção durante um período de organização social e agitação pública sem precedentes no seio das classes trabalhadoras.

A austeridade tem sido alvo de uma aceitação tão generalizada ao longo do último século que se tornou, em grande parte, indetetável: a economia da austeridade, com os seus prescritos cortes orçamentais e a sua moderação pública, é um sinónimo perfeito do que é a economia atual. Isto faz com que uma história crítica da austeridade, especialmente uma história organizada em volta do conceito de classe, seja um empreendimento profundamente desafiante. Contudo, se deixarmos de entender a austeridade como um declarado conjunto de ferramentas de gestão da economia, e quando analisamos a sua história pela lente do conceito de classe, torna-se evidente que a austeridade preserva um elemento fundacional da nossa sociedade capitalista. Para que o capitalismo seja eficaz a garantir o crescimento económico, a relação social do capital — pessoas que vendem a sua força de trabalho em troca de uma remuneração — tem de ser uniforme em toda uma sociedade. Por outras palavras, o crescimento económico pressupõe uma certa ordem sociopolítica, ou uma *ordem do capital*. A austeridade, encarada como um conjunto de guardas de proteção orçamentais, monetárias e industriais de uma economia, garante a santidade destas relações sociais. As limitações estruturais que impõe nas despesas e nos salários garantem que, para a vasta maioria das pessoas que vivem numa sociedade, «trabalhar arduamente, poupar arduamente» é mais do que apenas uma expressão de resiliência; é o único caminho de sobrevivência.

Este livro analisa a história de como este sistema se tornou moda no século xx, incluindo a sua expressão mais poderosa nas economias do pós-guerra na Grã-Bretanha e na Itália. Em ambos os casos,

a austeridade foi uma forma de os economistas no poder voltarem a impor a ordem do capital onde esta se tinha perdido.

A história começa com os acontecimentos da Grande Guerra que desencadearam a mais grave crise do capitalismo até aos nossos dias: as mobilizações sem precedentes dentro dos países europeus, durante a guerra, que estilhaçaram o escudo de inevitabilidade do capitalismo. Para a maioria das pessoas que viviam nestes países durante e depois da guerra, quer o temessem ou desejassem, a abolição do capitalismo começou a desenhar-se como o desfecho iminente das devastações da guerra e da forma como estas expuseram o planeamento económico do Estado. Nas palavras de Willi Gallacher, o líder sindical britânico, «a ordem da indústria, que antes da guerra parecia destinada a durar para sempre, está agora a cambalear em todos os países do mundo».⁹ Na Itália, para o célebre economista liberal Luigi Einaudi, a ameaça era igualmente palpável: «Parecia bastar um simples encosto de ombro para deitar abaixo o chamado regime capitalista [...] o reinado da igualdade parecia estar ao virar da esquina». As palavras deste professor burguês foram justapostas com o entusiasmo de Palmiro Togliatti, um membro de proa do movimento trabalhista *Ordine Nuovo* («nova ordem»): «Os homens recuam face à velha ordem das coisas, sentem a necessidade de encontrar um novo posicionamento, de moldar a sua comunidade de uma nova forma, de forjar novas relações de vida que permitam a construção de um edifício social totalmente renovado».¹⁰

Estas novas vozes da Esquerda intelectual aceleraram a mudança nas relações sociais. O jornal *L'Ordine nuovo*, surgido na cidade industrial italiana de Turim e coordenado por Togliatti e o seu camarada Antonio Gramsci, é crucial nesta história porque encarna o mais explícito antagonista da prática capitalista e das suas justificações intelectuais. Representou uma rutura das relações hierárquicas da sociedade e da produção de conhecimento do topo para a base.

O despertar anticapitalista coletivo foi estimulado pelas medidas governamentais extraordinárias tomadas durante a guerra para interromper temporariamente a acumulação de capital pelos pro-

prietários da indústria privada. Para enfrentar as enormidades do esforço de produção de guerra, os governos de todas as nações em conflito foram obrigados a intervir no que, até então, tinha sido um domínio imaculado do mercado. Quando os governos coletivizaram sectores-chave — munições, minas, transporte marítimo e ferrovias — também recorreram a trabalhadores e regularam o custo e a oferta da mão de obra. O intervencionismo do Estado não permitiu apenas que os Aliados vencessem a guerra: também deixou claro que as relações salariais e a privatização da produção — longe de serem «naturais» — eram escolhas políticas de uma sociedade com uma mentalidade de classe.

Depois da guerra, encorajados pelos novos precedentes económicos do esforço de mobilização, os trabalhadores europeus falavam com uma voz mais forte e mais radical e expressavam-se de outras formas além das urnas. Consolidaram a força coletiva através de sindicatos, partidos, associações e instituições de trabalhadores de base para controlar a produção. O grau de politização no seio de grandes faixas da população implicou que a sua opinião pública já não podia ser ignorada no que tocava a assuntos económicos. Como observou, e bem, o reputado economista britânico John Maynard Keynes, «mesmo se os economistas e os técnicos soubessem qual a solução secreta, não a poderiam aplicar sem antes persuadirem os políticos; e os políticos, que têm ouvidos, mas não têm olhos, não se deixarão persuadir sem antes ouvirem o eco do grande público».¹¹

Num momento de convulsão democrática sem paralelo em toda a Europa, em pleno ambiente de subida da inflação monetária e de ventos revolucionários vindos da Rússia, da Baviera e da Hungria, os especialistas em economia tiveram de brandir as suas maiores armas para preservar o mundo tal como achavam que devia existir. A austeridade foi a sua ferramenta mais útil: funcionou — e ainda funciona — para preservar a indisputabilidade do capitalismo.

A contraofensiva da austeridade desempoderou com êxito a maioria. Governos austeros e os seus especialistas implementaram políticas que direta (através de políticas remuneratórias e de

emprego repressivas) ou indiretamente (através de políticas monetárias e orçamentais restritivas que deprimiram a atividade económica e aumentaram o desemprego) subjugaram a maioria ao capital – uma relação social em que uma maioria vende a sua capacidade de trabalhar em troca de uma remuneração. A austeridade desviou os recursos da maioria que trabalha para a minoria que poupa/ investe e, ao fazê-lo, obrigou a uma aceitação pública de condições repressivas de produção económica. Esta aceitação foi depois ainda mais reforçada por especialistas cujas teorias económicas representavam o capitalismo como o único e melhor mundo possível. Estes acontecimentos do início da década de 1920, incluindo o generalizado medo burguês do desmoronamento do capitalismo, foram um momento decisivo. O antagonismo entre o *establishment* político e económico e a vontade do povo, e, especialmente, as suas intervenções para mitigar esses sentimentos revolucionários, veio restabelecer a ordem do capital na Europa e garantiu a trajetória da economia política do resto do século, trajetória essa que se manteve até hoje.

Austeridade, então e agora

Parte do que torna a austeridade tão eficaz como conjunto de políticas é o facto de surgir embalada na linguagem de uma economia marcada pela honestidade e pela pobreza. Sentimentos vagos como «trabalho árduo» e «frugalidade» não são propriamente uma novidade; são exaltados pelos economistas desde os tempos de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus, e pelos seus seguidores subsequentes que cultivaram estas máximas como a essência da virtude pessoal e das boas práticas. Estas sensibilidades refletiram-se também, em 1821, na instituição do padrão-ouro, uma política segundo a qual os governos íntegros demonstravam o seu rigor orçamental e monetário, associando as moedas às suas reservas de metais preciosos, tanto internamente como nas colónias.¹² Uma história mais atenta da austeridade revela, no entanto,

que a sua forma moderna foi bastante diferente destes exercícios morais iniciais. A austeridade como fenómeno do século xx materializou-se como um projeto tecnocrático conduzido pelo Estado num momento de emancipação política dos cidadãos (que tinham adquirido o direito de votar pela primeira vez) sem precedentes e de crescentes exigências de democracia económica. Deste modo, a austeridade tem de ser entendida por aquilo que é e continua a ser: uma reação antidemocrática a ameaças de transformação social da base para o topo. Como este livro irá mostrar, a sua forma moderna não pode ser dissociada do contexto histórico em que nasceu.

Na Grã-Bretanha pós-Primeira Guerra Mundial e noutras democracias liberais onde historicamente se exaltava o empoderamento político generalizado, o Estado empunhou, de facto, a austeridade como uma arma política contra o seu próprio povo. Os trabalhadores britânicos tinham alimentado o esforço de guerra da nação e, durante a mobilização em tempo de guerra, tomaram consciência de que as relações socioeconómicas não eram dados adquiridos naturais e que podiam ser diferentes. Ao impor medidas de austeridade depois da guerra, o governo britânico disse efetivamente às suas classes trabalhadoras que voltassem para o fundo da fila.

O descontentamento público com a austeridade inicial foi o seu mais duro teste: a austeridade assumiu um cariz mais antagónico porque tinha de superar — e, na verdade, domar — um povo encolerizado. Depois da Primeira Guerra Mundial, com o padrão-ouro em ruínas, o «grande público» europeu recém-emancipado não ia simplesmente aceitar políticas austeras, e os especialistas sabiam-no. Por conseguinte, conceberam a ideia de que a austeridade deveria aliar duas estratégias: consenso e coerção.

O *consenso* implicava um esforço consciente no sentido de «despertar» o público para a verdade e a necessidade de reformas que promovessem a estabilização económica, mesmo que pudessem ser dolorosas.¹³ Reconhecendo que um povo inquieto não tomaria provavelmente a decisão «correta» para o seu bem maior, os especialistas complementaram o consenso com a *coerção*. Esta assumiu

duas formas. Primeiro, a austeridade continha dentro de si o princípio de excluir o público em geral da tomada de decisões económicas, delegando, ao invés, tais decisões em instituições tecnocráticas — em particular, os bancos centrais, cuja definição de taxas de juro servia de charneira para os salários da função pública e para o desemprego. Este direito de precedência da classe de especialistas na tomada de decisões criou a base para outras decisões políticas que impulsionaram o estabelecimento da austeridade. Segundo, a coerção não dizia respeito apenas a quem tomava as decisões económicas, mas também ao desfecho dessas decisões — ou seja, aos próprios mecanismos da austeridade.

Os governos europeus e os seus bancos centrais impuseram o comportamento «adequado» (i.e., próprio da classe) sobre as classes trabalhadoras, a fim de resgatar a acumulação de capital dos mais abastados. As três formas de políticas de austeridade — orçamental, monetária e industrial — agiram em sintonia para exercer uma pressão descendente sobre os salários no resto da sociedade. O seu objetivo era deslocar a riqueza e os recursos nacionais no sentido das classes superiores, que, insistiam os especialistas económicos, seriam aquelas capazes de poupar e investir. A austeridade orçamental surge na forma de tributação regressiva e de cortes em despesas públicas «não produtivas», especialmente com iniciativas sociais (saúde, educação, etc.). Enquanto a tributação regressiva impõe a frugalidade à maioria e isenta a minoria que poupa e investe, os cortes orçamentais indiretamente fazem o mesmo: os recursos públicos são desviados dos muitos para os poucos que pouparam e investem, fazendo acompanhar os cortes orçamentais de uma afirmação da prioridade de pagar a dívida nas mãos de credores nacionais ou internacionais. De modo similar, a austeridade monetária, ou seja, as políticas de revalorização da moeda (como o aumento das taxas de juro e a redução da oferta de moeda), protege diretamente os credores e aumenta o valor das suas poupanças. Entretanto, a mão de obra organizada tem as mãos atadas, já que a menor quantidade de dinheiro em circulação deprime a economia e reduz a capaci-

dade de negociação da classe trabalhadora. Por fim, a austeridade industrial, que assume a forma de políticas industriais autoritárias (despedimentos de funcionários públicos, reduções de salários, práticas antissindicais e antigreves, etc.), protege ainda mais as relações salariais verticais entre proprietários e trabalhadores, promovendo a repressão salarial a favor de maiores lucros de uns poucos. Este livro irá analisar estas três formas de austeridade — aquilo a que chamo a santíssima trindade da austeridade — e como, ao mesmo tempo, elas precisam umas das outras e se promovem mutuamente. Esta análise histórica, estudando um momento em que o capitalismo estava mesmo numa situação de muita vulnerabilidade, esclarece muitas relações vitais que os economistas negligenciam quando falam atualmente sobre a austeridade.

Em primeiro lugar, as políticas de austeridade não podem ser reduzidas a meras políticas orçamentais ou monetárias de instituições do governo central. Políticas industriais, públicas e privadas, que criem condições favoráveis ao lucro e que disciplinem os trabalhadores também são essenciais para a austeridade. Com efeito, como o livro demonstrará, a obsessão dos nossos especialistas pelo pagamento da dívida, orçamentos equilibrados, mercados cambiais e inflação revela um propósito mais fundamental: amansar o conflito de classes, algo essencial para a contínua reprodução do capitalismo.

Em segundo lugar, este estudo clarifica que a austeridade é mais do que apenas uma política económica; é uma amálgama de política e teoria. As políticas de austeridade prosperam porque estão assentes num conjunto de teorias económicas que as informam e justificam. Este livro analisa o entrelaçamento de um certo tipo de teoria no seio da conceção das políticas, incluindo como a tecnocracia resultante — controlada pelo governo, através de especialistas técnicos — é crucial para proteger o capitalismo moderno das suas ameaças. Não há melhores candidatos a ilustrar este enredamento do que as personagens da narrativa pós-Primeira Guerra Mundial, que se contam entre os tecnocratas mais influentes da década de 1920.

Tecnocracia e teoria «apolítica», antes e agora

A tecnocracia tem o domínio sobre a criação de políticas governamentais, em várias frentes. Uma é a convenção histórica de ter economistas a aconselhar as pessoas sobre como devem governar. A outra é epistémica, uma forma segundo a qual estes economistas enquadram a economia — incluindo os argumentos económicos que eles próprios postularam — como tendo alcançado uma posição acima dos interesses de classe ou do partidarismo. A economia, defendem os economistas, gera verdades isentas de juízos de valor acerca do capitalismo — factos naturais deste mundo, em vez de posições construídas (ou, pelo menos, políticas).

A tecnocracia que facilitou a ascensão da austeridade no século xx pode ser atribuída ao economista britânico Ralph G. Hawtrey, que redigiu os textos e os memorandos que serviriam de orientação para a austeridade britânica após a Primeira Guerra Mundial. Como é próprio da tecnocracia, Hawtrey teve ajuda. Trabalhavam a seu lado os carismáticos *sir* Basil Blackett e *sir* Otto Niemeyer, ambos poderosos altos funcionários do Ministério das Finanças que aconselhavam de perto o seu ministro, responsável na Grã-Bretanha pelas políticas económicas e financeiras.

Em Roma, a escola italiana de economia académica que orientou as políticas de austeridade italianas era presidida por Maffeo Pantaleoni, que liderava um grupo de economistas do governo fascista italiano reunido em 1922 sob a alçada do *Duce*, Benito Mussolini. O primeiro-ministro concedeu ao pupilo de Pantaleoni, Alberto De Stefani, poderes excepcionais para aplicar a austeridade, no seu papel de ministro das Finanças. Os economistas italianos tiraram partido desta rara oportunidade para explorar o alcance daquilo que consideravam ser «economia pura», uma escola de «economia como lei natural» que se alinhava com a austeridade. Beneficiavam de uma vantagem de governação sem precedentes, pelo facto de poderem implementar modelos económicos diretamente, sem o estorvo dos procedi-

mentos democráticos — e, por vezes, graças a Mussolini, com a ajuda de ferramentas de opressão política.

Este livro mergulha nos escritos e nas declarações públicas destes dois conjuntos de especialistas em economia, homens que conceberam políticas de austeridade e forçaram um consenso em torno das suas implementações sob força bruta. Embora as suas vozes tenham sido cruciais para a formulação da austeridade após a Primeira Guerra Mundial, o seu papel nesta insidiosa contrarrevolução não foi estudado nem explicado noutras publicações. O que as suas histórias nos mostram claramente, e o que ainda hoje é verdade, é que, para persistir, a austeridade requer especialistas dispostos a defender as suas virtudes. A verdade desta relação mantém-se ainda hoje, embora com um elenco de figuras tecnocráticas em permanente atualização.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os economistas na Grã-Bretanha e Itália — ambas nações capitalistas, mas que, de resto, são drasticamente diferentes — assumiram um papel sem precedentes a moldar e implementar as políticas públicas que orientariam as reformas pós-guerra dos respetivos países. Em ambos os casos, os economistas basearam-se fortemente nos princípios daquilo que encaravam como «economia pura» — um paradigma emergente na época, mas que ainda é fundacional na economia dominante atual, ou aquilo a que por vezes nos referimos como a tradição neoclássica.

O paradigma da «economia pura» foi bem-sucedido a estabelecer esta área como a ciência politicamente «neutra» das políticas e do comportamento individual. Ao dissociar o processo económico do processo político — ou seja, apresentando a teoria económica e conceptualizando os mercados como isentos de relações sociais de domínio —, a economia pura recuperou uma ilusão de consentimento no seio dos sistemas capitalistas, permitindo que estas relações de domínio se disfarçassem, em vez disso, de racionalidade económica. Com efeito, a força da tecnocracia assentava neste poder para enquadrar os objetivos mais fundamentais da austeridade — restaurando as relações de produção capitalistas e

subjugando as classes trabalhadoras à aceitação da inviolabilidade da propriedade privada e das relações salariais — como o regresso a um estado natural da economia. A teoria «apolítica» destes economistas centrava-se numa caricatura idealizada de um ser económico: o economizador racional. Esta caracterização em traços largos conduziu a um duplo resultado: primeiro, criou a ilusão de que qualquer pessoa poderia ser um economizador racional, desde que trabalhasse o suficiente e independentemente das suas condições e dos seus legados materiais; e, segundo, desacreditava e desvalorizava os trabalhadores, que deixavam de ser compreendidos como elementos produtivos da sociedade para serem encargos sociais devido à sua incapacidade de pôr em prática comportamentos económicos virtuosos. (Nota: era, e continua a ser, extremamente difícil as pessoas pouparem dinheiro que não têm.) Por conseguinte, depois da guerra, os trabalhadores perderam todo o poder de atuação que as teorias e as ações do movimento *Ordinovista* lhes conquistara. Porque, pela lente dos economistas, a classe produtiva de uma sociedade não era a classe trabalhadora, mas sim a classe capitalista — as pessoas que pouparam, investiam e, assim, contribuía para a acumulação privada de capital. A teoria económica deixou de ser uma ferramenta de pensamento crítico e de ação; tornou-se um molde para impor um consentimento passivo e manter um *statu quo* do topo para a base.

A capacidade da austeridade para desviar a atenção dos problemas sistémicos também ajudou a promover a passividade coletiva. Os economistas atribuíam as crises do pós-guerra aos excessos dos cidadãos, deslegitimando assim as suas necessidades socioeconómicas e esperando deles que alcançassem a sua própria redenção, através de sacrifícios económicos, contenção, trabalho árduo e cortes salariais — tudo condições prévias essenciais para a acumulação de capital e para a competitividade económica internacional.

As políticas de austeridade, no espírito da «economia pura», foram um desastre para a maioria das pessoas que viviam na Grã-Bretanha e na Itália na década de 1920. Assim, este livro aborda o

paradoxo de uma doutrina que se apresenta a si mesma como apolítica, mas cuja finalidade central é «amestrar os homens», como formulou grosseiramente o académico e economista italiano Umberto Ricci em 1908. Sob a capa de ciência apolítica, os economistas tecnocratas empreendiam a ação mais política de todas: vergar as classes trabalhadoras às vontades e necessidades das classes detentoras de capital, para enriquecimento de uma pequena minoria.

A história da austeridade é também a história seminal da rápida ascensão e do estrondoso poder político da economia moderna. É verdade hoje, embora não o fosse após a Primeira Guerra Mundial, que o capitalismo se tornou a única opção disponível: a teoria económica dominante prospera porque as nossas sociedades assentam quase exclusivamente na coerção das pessoas que, para sobreviver, não têm outra alternativa além de vender a sua força de trabalho aos poucos detentores de propriedade. (Como regista o economista Branko Milanović no seu livro de 2019 *Capitalismo, Apenas*, «o facto de, atualmente, todo o globo operar segundo os mesmos princípios económicos não tem precedentes históricos».¹⁴) Em vez de reconhecer e estudar a estranha homogeneidade desta realidade, a economia dominante esforça-se por a ocultar. O conflito de classes e a dominação económica são suplantados por uma alegada harmonia entre indivíduos, em que os que estão no topo são vistos como sendo aqueles que exibem maior virtude económica e cuja demanda de obtenção de lucros é benéfica para todos. É desta forma que a teoria económica se opõe às críticas das relações verticais de produção, justifica o capitalismo e ajuda à obediência pública.

A atual ubiquidade do capitalismo pode fazer com que pareça bizarro criticar ou até respeitar o capitalismo. Afinal de contas, interiorizámos os seus ensinamentos a ponto de os nossos valores e crenças estarem amplamente alinhados com os que promovem a acumulação do capital. Está tudo tão incorporado que, hoje em dia, a maioria dos trabalhadores norte-americanos pode subsistir com um salário que lhe chega apenas para o básico e, ainda assim,